

THE TERRITORIAL LOGIC OF THE SOCIAL HOUSING PRODUCTION IN LONDRINA-PR

A lógica territorial da produção habitacional de interesse social em Londrina-PR

La lógica territorial de la producción de vivienda de interés social en Londrina - PR

Elisa Roberta Zanon¹
Miguel Etinger de Araujo Junior²
Sandra Maria Almeida Cordeiro³

Resumo

A habitação de interesse social no Brasil tem se constituído em um vasto campo de estudos, principalmente pelo contexto das cidades brasileiras frente à ação do mercado imobiliário e às políticas governamentais. Este artigo trata da habitação social em Londrina associada à lógica territorial de segregação socioespacial. A metodologia tem como base a análise de dados publicados e fornecidos pelo poder público, correlacionados a sua espacialização nas diferentes regiões da cidade. A partir da década de 1970, a aplicação de políticas habitacionais em Londrina resultou numa concentração espacial, sendo a região norte a maior em número de unidades habitacionais.

Palavras-chave: habitação de interesse social, segregação socioespacial, vazios urbanos

Abstract

Social housing in Brazil constitutes a comprehensive field of studies, mainly due to the context of the Brazilian cities in face of the real estate market and governmental policies. This article presents social housing in Londrina associated to the territorial logic of spatial segregation. The methodology is based on the analysis of data published and provided by the public power, correlated with its spatialization in the different regions of the city. Since the 1970s, the application of housing policies in Londrina has resulted in a spatial concentration, the northern region being the largest in number of housing units.

Keywords: social housing, socio-spatial segregation, urban voids

Resumen

¹ Possui Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade. Docente no Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL, Brasil. E-mail: lisazanon@yahoo.com.br

² Possui Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil. Mestrado em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá - UNESA, Brasil. Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil. Docente na Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil. E-mail: miguel.etinge@gmail.com

³ Possui Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil. Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela mesma universidade. Graduação em Serviço Social pela mesma universidade. E-mail: sandra.cordeiro@sercomtel.com.br

La vivienda de interés social en Brasil se ha constituido en un amplio campo de estudios, principalmente por el contexto de las ciudades brasileiras frente a la acción del mercado inmobiliario y las políticas gubernamentales. Este artículo trata de la vivienda social en Londrina asociada a la lógica territorial de segregación socio espacial. La metodología tiene como base el análisis de datos publicados y proporcionado por el poder público, correlacionados a su espacialización en las diferentes regiones de la ciudad. A partir de la década de 1970, la aplicación de políticas de vivienda en Londrina resultó en una concentración espacial, siendo la región norte la mayor en número de unidades de vivienda.

Palabras clave: vivienda de interés social, segregación socio espacial, vacíos urbanos.

A questão habitacional em Londrina vem sendo discutida com ênfase nos últimos anos, tendo em vista que a demanda por moradias frente ao crescimento urbano tem alcançado um número significativo e que carece de políticas públicas mais efetivas. Além das unidades habitacionais, a população deve ser atendida com infraestrutura e inserção social, a fim de promover o respeito ao meio ambiente e à qualidade de vida.

A produção institucionalizada da habitação de interesse social em Londrina tem como marco a fundação da COHAB-LD (Companhia de Habitação de Londrina) em 1965, decorrente do contexto da política nacional, momento em que o planejamento tecnicista é tomado como instrumento controlador das regiões mais povoadas e aplicado por diversos órgãos governamentais. A década de 1960 no Brasil é destacada pelo aumento expressivo da população nas cidades e, principalmente, nas favelas, caracterizando uma situação de ilegalidade da terra, além das condições insalubres. É importante citar que, após 1964, o governo militar criou aparatos institucionais, como o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) com atuação entre 1964 e 1974, o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e o BNH (Banco Nacional de Habitação) como agente autônomo dotado de recursos e órgão central do SFH, perdurando até 1985. Por lei, esses órgãos públicos tinham como prioridade a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subumanas. A base da nova política

habitacional era o acesso à casa própria: produção de novas moradias, eliminação de favelas, estímulo à indústria da construção civil, estabilidade social, absorção de mão de obra no setor. Para tanto, a determinação do governo conduziu à criação de companhias de habitação em várias cidades a fim de gerenciar os recursos e executar os empreendimentos e melhorias urbanas. Nesse contexto, a COHAB-LD foi instituída pela Lei Municipal nº. 1.008, de 26 de agosto de 1965 como uma sociedade composta por ações de economia mista, estando vinculada à Prefeitura do Município de Londrina como entidade de administração indireta e com atribuições de produção e comercialização de casas, urbanização e ou reurbanização de áreas degradadas.

Numa retrospectiva histórica, as ocupações informais já faziam parte de Londrina desde sua fundação, ao se considerar o aspecto da legalidade de aquisição de terrenos e a construção de moradias. No entanto, essa situação tornou-se agravante a partir dos anos de 1960 com a ocupação de áreas em fundos de vale e adjacências, formando núcleos em diversas regiões da cidade, conhecidos como as favelas do Bom Retiro, Grilo, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Mariza. As famílias que possuíam renda menor que um salário mínimo eram numerosas e compostas por mais de cinco pessoas, sendo a maioria crianças e adolescentes. De acordo com o documento PEMAS (Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais) (COHAB-LD, 2002), já em 1970 foi realizada a primeira intervenção da COHAB-LD com o empreendimento Vitória Régia com 132 unidades habitacionais na região sudeste da cidade de Londrina com recursos do BNH. Nessa época, procedia-se também ao desfavelamento com a retirada da população das áreas de fundo de vale, como a do Córrego Bom Retiro em 1971. De acordo com Bortolotti (2007), algumas melhorias urbanas foram executadas em Londrina na década de 1970, como o Projeto CURA

(Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), lançado pelo BNH para promover urbanização com infraestrutura em aproximadamente 10 bairros em Londrina.

Os anos de 1970 marcam o início do momento de reestruturação da cidade de Londrina com o processo de descentralização. Nas primeiras décadas, o processo de crescimento urbano foi fortemente caracterizado pela centralização e consolidação do centro. A partir de então, novos modos de organização do espaço intraurbano passaram a estar associados às vias comerciais e de prestação de serviços, como a Avenida Tiradentes, Avenida Inglaterra, Avenida Saul Elkind, como também a instalação de *shopping centers*, inicialmente com o *Com-Tour Shopping Center* nos anos de 1970 e depois outros, como o *Catuaí Shopping Center* e o *Royal Plaza Shopping* na década de 1990 e, recentemente, *Boulevard Londrina Shopping*, *Londrina Norte Shopping* e *Aurora Shopping*. Portanto, grande parte das transformações espaciais dos anos de 1970 está relacionada à paisagem atual de Londrina, seja pela expansão territorial que a cidade passa a abranger com os loteamentos e conjuntos habitacionais, seja pela fisionomia vertical que se inicia no centro e se estende para outras localidades.

No final da passagem da década de 1970 para os anos de 1980, a demanda habitacional levou à construção de conjuntos de casas populares, principalmente na porção norte da cidade, afastados da área consolidada, sem acesso às condições de infraestrutura e longe dos empregos. De acordo com dados de Londrina (2016), a implantação inicial de cinco conjuntos habitacionais (Semíramis de Barros Braga, Vivi Xavier, Parigot de Souza, Engenheiro João Paz, Engenheiro Luiz de Sá e Jácomo Violin) foi ampliada para mais empreendimentos, sendo que a região norte recebeu, entre os anos de 1977 e 1982, o total de 12.248 unidades habitacionais, perfazendo mais 55 mil habitantes. Atualmente, a população na região norte passa de 120.000 habitantes (IBGE, 2010), constituindo um subcentro econômico em

Londrina como resultado, em grande parte, pela concentração de habitações e loteamentos populares.

Nos anos de 1990, as ações quanto ao desenvolvimento de uma política habitacional no município foram poucas, ainda que a sua institucionalização tenha sido inserida na Lei Orgânica em 1989. Entre os anos de 1993 e 1997 foram realizadas duas conferências municipais para tratar da questão habitacional. Outro fato, ainda que controverso, foi a homologação da Lei Municipal n.º. 7.756/ 1999 (alterada pelas leis n.º. 8835/2002 e 9.747/ 2005) que estabelece normas à Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD) e ao município para implantação de loteamentos destinados a desfavelamentos e ao Programa Habitar Londrina da Cohab-LD. A referida lei (LONDRINA, 1999) autoriza o Poder Executivo a aprovar projetos de loteamentos para desfavelamentos ou assentamentos na zona urbana com lotes de dimensões mínimas de 100,00 m² e a execução de infraestrutura pelo município com o propósito facilitar as condições de acesso à terra urbana para a população de baixa renda. Entretanto, a lei tornou-se polêmica pelas reduzidas dimensões dos lotes, que, além de estar abaixo da exigência nacional de 125 m², não prevê sua aplicação em ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social).

No início da década de 2000, as ações da administração municipal ampliaram a discussão da política habitacional a partir de dados da realidade municipal. No diagnóstico da subnormalidade habitacional em Londrina, apresentado no PEMAS (Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais) (COHAB-LD, 2002), houve a constatação de uma condição preocupante, pois no início da década de 2000 havia ocupações em algumas áreas particulares e um número significativo em áreas públicas, principalmente nos fundos de vale na continuidade de áreas urbanizadas. O documento PEMAS (COHAB-LD, 2002) tinha como objetivo avaliar a capacidade institucional da Prefeitura Municipal de Londrina em lidar

com a situação habitacional, o que de certa forma contribuiu para melhor compreensão da realidade local. O levantamento realizado em 2001 (COHAB-LD, 2002) identificou 59 núcleos subnormais, sendo que dois estavam situados no município de Cambé, em áreas conurbadas com Londrina. As ocupações informais foram categorizadas em três tipos: núcleos de favelas, intervenções da COHAB-LD com assentamentos e ocupações irregulares de áreas inadequadas e de preservação ambiental.

De acordo com o documento *Delimitação e classificação das Zonas Especiais de Interesse Social* (COHAB-LD, 2009), o número de assentamentos precários no município aumentou de 59 em 2001 para 69 no ano de 2007, sendo que poderiam ser somados mais dois assentamentos localizados em áreas conturbadas entre Londrina e Cambé. De 69 assentamentos, 31 estavam em áreas públicas, sendo estas institucionais e fundos de vale. Até o final dos anos 2000, a demanda por habitação de interesse social tornou-se grande comparado ao número de ocupações irregulares ao mesmo tempo em que a lista de inscritos por moradia na Cohab-LD já contava 35.750 inscritos no final do ano de 2009 (Londrina, 2010).

A partir do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), instituído pela Medida Provisória nº. 459 de 25 de março de 2009 e a Lei nº. 11.977 de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009), o município focaliza suas atenções na aplicação deste programa em detrimento de outros, o que resultou em grandes conjuntos habitacionais no início da década de 2010, como o Residencial Vista Bela com 2.712 unidades, no extremo noroeste da cidade. Na verdade, o crescimento populacional de Londrina tem sido acompanhado em parte pela procura de oportunidades na região metropolitana, aumentando inclusive a demanda por moradia. De acordo com a publicação *Perfil do Município de Londrina* (Londrina, 2016), o número de inscritos no cadastro da Cohab-LD para aquisição de moradia até 31 de dezembro de 2015

chegou a 55.354, ou seja, praticamente vinte mil inscritos a mais que em 2009 (Londrina, 2010). Portanto, o aumento é notável, pois ao se comparar a razão do número de inscritos para aquisição de moradia pela população total do município, tem-se o percentual de 7% em 2010, sendo que, no ano de 2015, esse mesmo cálculo de inscritos passa a representar 10% do total da população estimada do município.

Lógica Territorial da Produção Habitacional em Londrina

Tendo como base os dados de crescimento populacional da cidade de Londrina nos censos de 2000 e 2010, a região que mais teve aumento demográfico foi o sul com praticamente 20% no intervalo de dez anos. Na sequência, o norte, que, embora tenha o maior número de habitantes em relação às demais regiões, teve o segundo maior crescimento, com 18,31%. A região Centro teve o menor crescimento demográfico, possivelmente pela procura da população pelas áreas de expansão, como mostra a Tabela 1 abaixo.

REGIÕES DA ÁREA URBANA – CIDADE DE LONDRINA	CENSO 2000	CENSO 2010	CRESCIMENTO
Norte	106.759	126.305	18,31%
Leste	80.247	94.407	17,65%
Oeste	82.723	88.578	7,08%
Centro	84.733	86.114	1,63%
Sul	70.234	84.308	20,04%
Entorno das regiões	0	4.744	100,00%
TOTAL Área Urbana	424.696	484.456	14,07%

Tabela 1 – População por Regiões da Área Urbana da cidade de Londrina.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 organizado por Londrina (2010, p. 17). Censo Demográfico de 2010 organizado por Londrina (2016, p. 64).

Todavia, ainda que a Região Norte não tenha sido a de maior destaque no crescimento populacional pelos censos, notadamente, grande parte dela foi constituída devido à produção de habitação de interesse social. Conforme dados publicados na Revista Perfil de Londrina (Londrina, 2016) constata-se que, entre os anos de 1967 e 2009, a região norte recebeu praticamente mais da metade dos empreendimentos promovidos pela Cohab-LD, ou seja, 18.343 unidades habitacionais do total de 36.283, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, como mostra a Tabela 2 e o gráfico da Figura 1.

REGIÕES DA CIDADE DE LONDRINA	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS PELA COHAB-LD – 1967 A 2009					TOTAL
	DÉCADA 1960	DÉCADA 1970	DÉCADA 1980	DÉCADA 1990	DÉCADA 2000	
NORTE	1	6434	6788	3021	2099	18343
LESTE	80	531	2469	1828	1271	6179
CENTRO	0	0	0	66	0	66
SUL	42	928	5105	1013	292	7380
OESTE	5	504	2539	318	499	3865
DISTRITOS	0	0	194	236	20	450
TOTAL	128	8397	17095	6482	4181	36283

Tabela 2 – Distribuição da produção de habitação social pela Cohab-LD no Município de Londrina.

Fonte: Londrina (2016). Dados compilados pelos autores

NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS PELA COHAB-LD 1967 A 2009

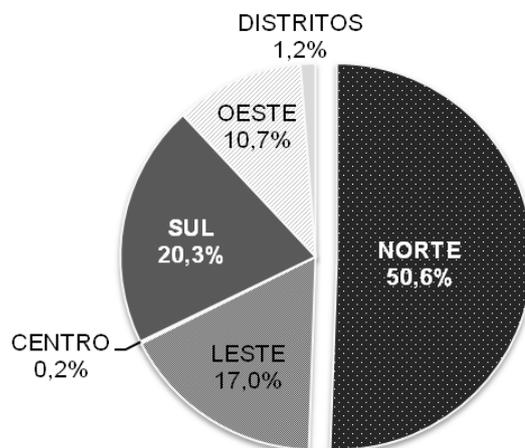


Figura 1 – Gráfico da distribuição da produção de habitação social na cidade de Londrina.

Fonte: Londrina (2016). Dados compilados pelos autores

Comparando dados com outras entidades executoras de programas habitacionais, a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) tem atuação em Londrina desde 1968, atendendo demandas principalmente nos distritos e também região norte de Londrina. Do total de 2.545 unidades (Londrina, 2016), basicamente 64%, ou seja, o número foi superior a 1.600 unidades habitacionais implantadas também na região norte.

Na pesquisa de Beidak (2009), mais da metade das unidades habitacionais construídas no período de 1970 a 2007 em Londrina estavam concentradas na zona norte da cidade. No Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), a zona norte já era a maior região da cidade em população, contando com 106.759 habitantes.

Na verdade, a região Norte teve o início de sua ocupação no final dos anos de 1970 com os primeiros conjuntos habitacionais, no entanto, a urbanização dessas novas áreas seguiu-se desconexa do centro principal e limitada fisicamente do restante da cidade pela Rodovia BR-369 e pelos cursos hídricos. Ainda, o principal agente promotor do início da região Norte foi o próprio poder público, que também conformou a criação de vazios urbanos, aproveitados para

especulação imobiliária. A Figura 2, a seguir, mostra os primeiros conjuntos habitacionais na Zona Norte de Londrina nas décadas de 1970 e 1980, constituindo fragmentos de urbanização desconectados da malha principal.

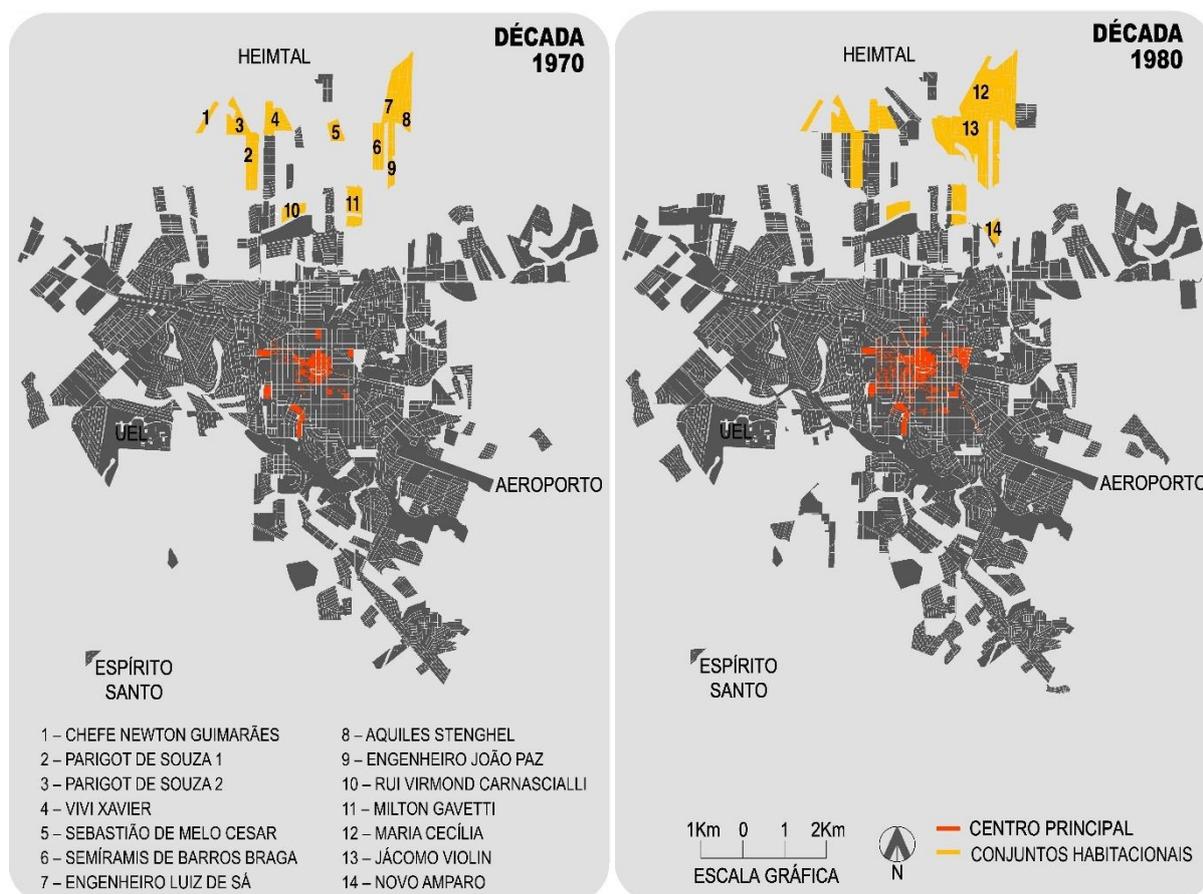


Figura 2 – Evolução urbana e implantação de conjuntos habitacionais localizados na Zona Norte de Londrina nas décadas de 1970 e 1980.

Fonte: autores.

Com base em dados publicados pela Cohab-LD (Londrina, 2016), é notável que, entre os anos de 1977 e 1982, houve a produção de 12.248 unidades habitacionais na Região Norte de

Londrina, considerando-se os grandes conjuntos habitacionais, como mostra a Tabela 3

abaixo.

ANO DE ENTREGA	CONJUNTO HABITACIONAL	UNIDADES HABITACIONAIS
1977	Engenheiro Milton Gavetti	740
1978	Rui Virmond Carnascialli	551
1979	Chefe Newton Guimarães	287
1979	Engenheiro Aquiles Stenghel	1000
1979	Engenheiro João Paz	814
1979	Parigot de Souza 1 e 2	1170
1979	Semíramis de Barros Braga	871
1979	Vivi Xavier	1000
1980	Engenheiro Luiz de Sá	1000
1980	Novo Amparo	370
1980	Sebastião de Mello César	350
1981	Almirante Nubar Boghossian (Semíramis)	366
1982	Jácomo Violin	1536
1982	Manoel Gonçalves (Vivi Xavier II)	215
1982	Maria Cecília Serrano de Oliveira	1978
TOTAL NO PERÍODO		12.248

Tabela 3 – Produção de habitação social na Zona Norte da cidade de Londrina.

Fonte: Londrina (2016). Dados compilados pelos autores

De acordo com dados do IBGE (2017) referentes ao Censo de 1980⁴, o número médio de pessoas residentes por domicílio em Londrina era de 4,5 pessoas, então, possivelmente, a região norte recebeu em curto período de tempo aproximadamente 55 mil habitantes. Importante destacar que a localidade não estava preparada para tamanho contingente populacional, destituída de infraestrutura básica, equipamentos sociais, nem mesmo o emprego, configurando, por fim, uma porção de “cidade dormitório”. A figura 3, a seguir, mostra uma foto panorâmica do início da urbanização na zona norte de Londrina em 1980, na

⁴ De acordo com o IBGE, o censo de 1980 computou em Londrina 301.696 habitantes e 67.370 domicílios.

qual os conjuntos habitacionais aparecem dispersos e, ao fundo, a área central marcada pelo início da verticalização.

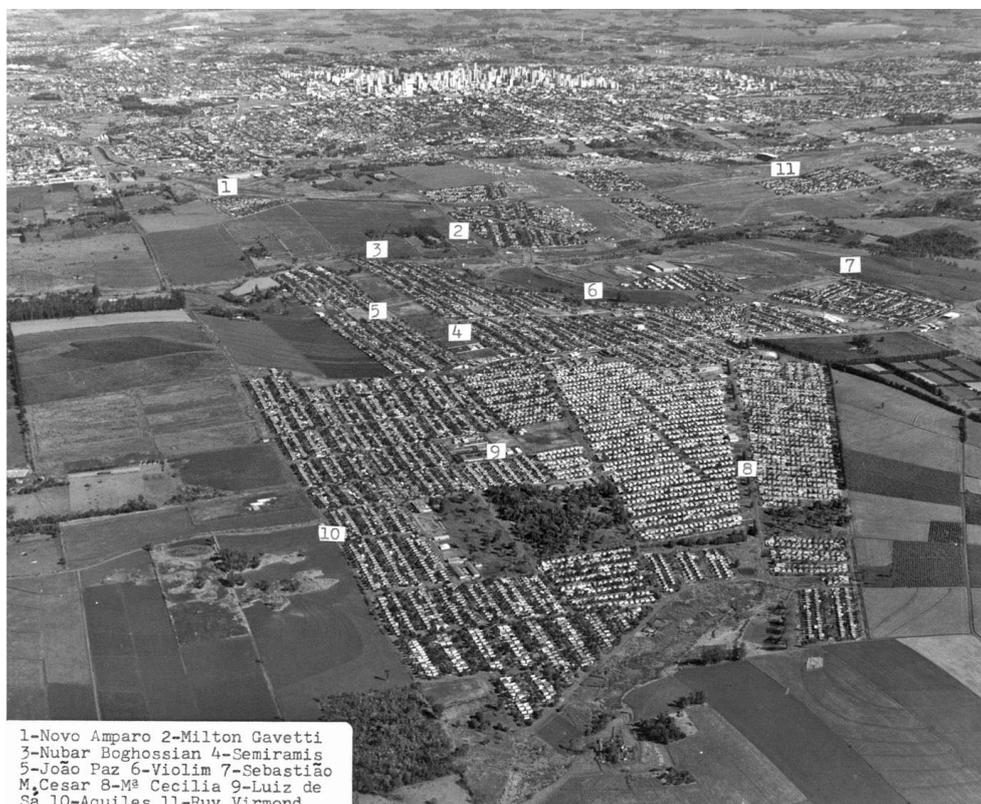


Figura 3 – Vista panorâmica dos conjuntos habitacionais na região norte de Londrina – 1980.

Fonte: Bortolotti (2007, p. 168). **Foto:** Oswaldo Leite.

Após 40 anos da implantação dos primeiros conjuntos habitacionais, a Região Norte atingiu a valorização imobiliária nas áreas mais antigas, ao passo que esta é, na verdade, uma prática de antecipação espacial como definido por Corrêa (2007), promovido, no caso, pelo próprio Estado. Para o atendimento da população, a Avenida Saul Elkind passou a concentrar comércios e serviços, o que vem a se consolidar como um subcentro de fato no decorrer das décadas seguintes.

Por outro lado, se o tempo trouxe a consolidação dos primeiros conjuntos habitacionais, a lógica de implantação de empreendimentos sociais em terrenos distantes ainda é recorrente.

Atualmente, o Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil, 2009) tem sido a política governamental mais aplicada em número de unidades habitacionais nas cidades brasileiras, porém a sua inserção nem sempre vem a ser a mais favorável para a população. De acordo com a Cohab-LD e os levantamentos do Projeto de Pesquisa *Direito à Moradia* (Araujo Junior, Cordeiro, & Zanon, 2015), foram produzidos em Londrina pelo PMCMV o total de 3.560 unidades no período de 2009 a 2013, sendo que, mais uma vez, grande parte localizada na região Norte, com aproximadamente 79,5% das moradias. Na verdade, este percentual elevado se deve ao Residencial Vista Bela, construído em dez empreendimentos, como mostra a tabela 4 na sequência.

ANO DE ENTREGA	REGIÃO ATENDIDA	NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS	NOME DO EMPREENDIMENTO
2009	Norte	32	Elizabeth
2010	Noroeste	85	Ana Terra
2010	Sul	100	Nova Esperança I
2011	Sul	50	Nova Esperança II
2011	Oeste	21	Columbia I
2011	Sul	02	Santa Joana
2011	Norte	2.712	Vista Bela I,II,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX,X
2012	Leste	18	Vila Romana
2012	Sul	60	Maravilha
2013	Sul	480	Cristal , I, II
		3.560	10 empreendimentos

Nota: Recursos provenientes do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) / FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) / FDS (Fundo de Desenvolvimento Social)

Tabela 4 – Empreendimentos executados no município de Londrina pela COHAB-LD pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – anos 2009 a 2013.

Fonte: Araujo Junior, Cordeiro e Zanon (2015). Base de dados COHAB-LD.

A implantação do Residencial Vista Bela seguiu os moldes dos conjuntos habitacionais da década 1980, inserido de modo descontínuo na malha urbana, destituído de equipamentos sociais e longe das centralidades de empregos, ao mesmo tempo em que favorece a criação de vazios urbanos. Além disso, possui limites físicos que dificultam os deslocamentos diários da população, como o fundo de vale do Ribeirão Lindóia (Figura 4).

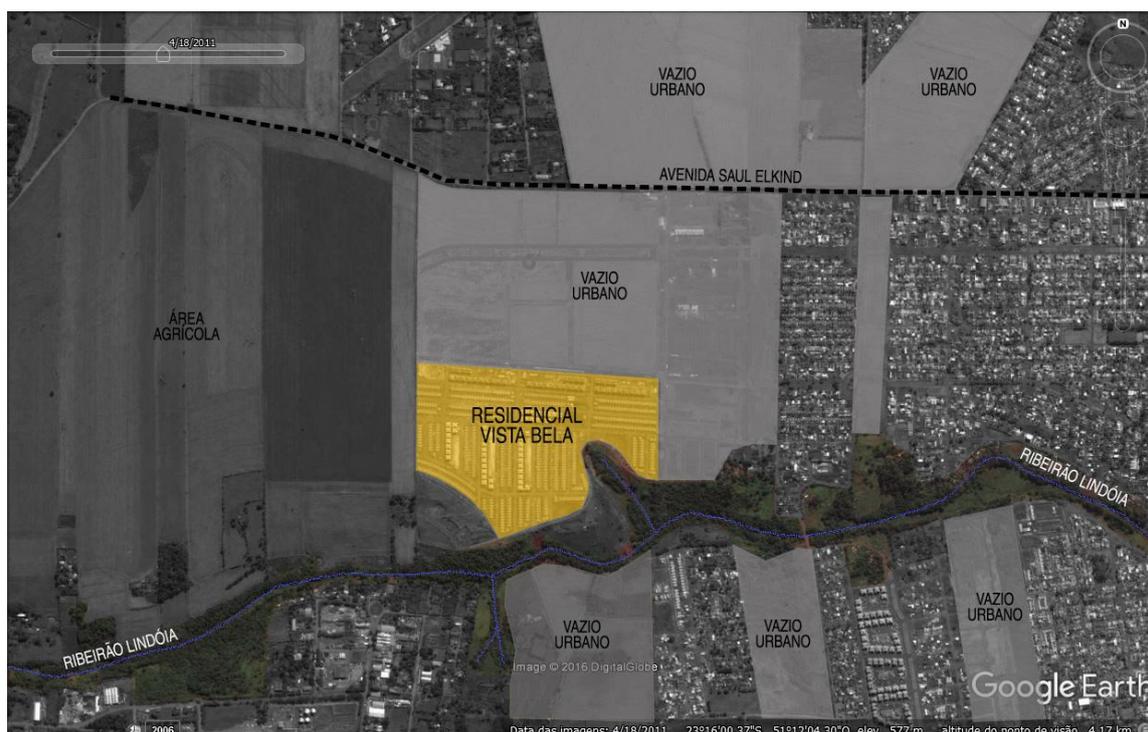


Figura 4 – Inserção do Residencial Vista Bela em 2011.

Fonte: Google Earth (2017). Dados editados pelos autores.

Considerações Finais

De modo geral, a produção de habitação de interesse social em Londrina tem enfrentado obstáculos quanto a sua efetividade para a população. Via de regra, a Região Norte tem acumulado há décadas grande parte dos empreendimentos sociais, mesmo que não necessariamente, a demanda esteja de fato nesta mesma região. Recentemente, o caso do

Residencial Vista Bela mostrou que uma quantidade considerável de pessoas era proveniente de outras regiões da cidade, o que induz os contemplados a aceitar a localidade, mesmo que não lhes traga acesso aos equipamentos sociais e outros, obrigando os residentes a deslocamentos não previstos. Todavia, ainda que na esfera nacional o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) dê respaldo à institucionalização de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), a política habitacional nos municípios precisa avançar e olhar para a localização dos empreendimentos sociais, haja visto que a produção espacial de moradias ainda tem atendido a lógica do mercado, reproduzindo culturalmente cidades que não promovem o direito igualitário a terra urbanizada.

Referências

- Araujo Junior, M. E. De, Cordeiro, S. M. A., & Zanon, E. R. (2015). *Direito à moradia: Aplicabilidade e efetividade dos instrumentos jurídicos na Região Metropolitana de Londrina/PR*. Londrina, 2015. (Projeto de Pesquisa n. 07951 pelo Departamento de Direito Público – CESA-PUB – Universidade Estadual de Londrina).
- Beidack, A. R. dos S. (2009). *Análise da produção do espaço urbano de Londrina: de Cincão à Zona Norte: 1970-2007*. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Bortolotti, J. B. (2007). *Planejar é preciso: Memórias do planejamento urbano de Londrina*. Londrina: Midiograf.
- Brasil. *Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs. 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de

1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº. 2.197 -43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Seção 1, p. 2-6.

Brasil. *Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1. (Eletrônico).

Companhia de Habitação de Londrina [COHAB-LD] (2002). *PEMAS – Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais*. Londrina: COHAB-LD.

COHAB-LD (2009). *Etapa III – Documento Propositivo: delimitação e classificação das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social da Lei Municipal Específica de ZEIS*. Londrina: COHAB-LD,.

Corrêa, R. L. (2007). Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*. Rio de Janeiro, 4(6), p. 61-72.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Paraná – Londrina – infográficos: evolução populacional e pirâmide etária*. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=411370>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Londrina. Prefeitura do Município de Londrina. *Lei Municipal nº 7.756, de 8 de junho de 1999*. Estabelece normas à Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD) e ao município para implantação de loteamentos destinados a desfavelamentos e ao Programa Habitar Londrina da Cohab-LD.

Londrina. Prefeitura do Município de Londrina. (2010) *Perfil do Município de Londrina – 2010 (ano base 2009)*. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina.

Londrina. (2016). *Perfil do Município de Londrina – 2016 (ano base 2015)*. Londrina-PR:

Prefeitura do Município de Londrina.